

MAPEAMENTO DE CUSTOS: uma análise sobre o setor de precatórios no TJRN

Ana Beatriz M. da Silva (beatriz.martins.128@ufrn.edu.br), Débora A. Ribeiro (debora.ribeiro.090@ufrn.edu.br), Larissa Raquel F. de Melo (larissa.melo.017@ufrn.edu.br), Maria Laura S. de Oliveira (laura.oliveira.704@ufrn.edu.br), Ridalvo M. A. de Oliveira (ridalvo.oliveira@ufrn.br), UFRN.

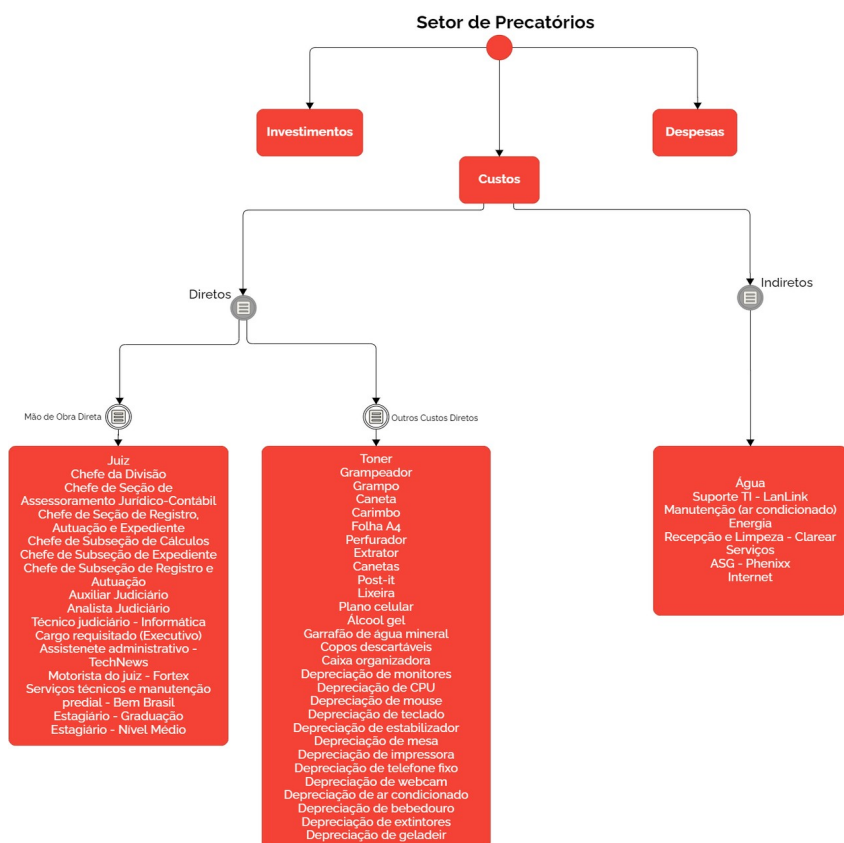
INTRODUÇÃO

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte é o órgão máximo da Justiça do Estado. Dentre os setores do TJRN, está a Divisão de Precatórios, responsável pela tramitação de processos administrativos para pagamento no qual tem como ente devedor o poder público, podendo ser município, Estado ou União, obedecendo uma ordem cronológica e de prioridade quando devido.

OBJETIVOS

O presente estudo tem como finalidade mapear os custos da Divisão de Precatórios para o Tribunal de Justiça, identificando e detalhando todos os custos para funcionamento dos serviços desse setor, visando contribuir com a transparência do órgão público. Para isso, os custos serão identificados e separados em material direto, mão de obra direta e custo indireto, tendo como objeto de custo o setor de precatórios.

RESULTADOS



METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, uma vez que, o foco principal é a elaboração e interpretação do mapeamento de custos do setor de precatórios para detectar sua significância com base nos fatores que auxiliam no seu funcionamento. A natureza do estudo é aplicada, visto que gera conhecimento quanto aos custos do setor, resultando em transparência para a população. Ademais, é uma pesquisa descritiva, pois indica os custos diretos e indiretos. Quanto ao procedimento, refere-se a um estudo documental, posto que obedece às etapas de pré-análise, organização dos documentos e a análise dos resultados.

CONCLUSÃO

É possível avaliar que o setor de precatórios, em sua maioria, não depende dos outros setores do Tribunal. Por esse motivo, a maior parte do seu custo está relacionado a materiais diretos e mão de obra direta, além de que o custo dos materiais fundamentais para o funcionamento está relacionado às suas depreciações. Esse mapeamento estabelece a relação entre a contabilidade de custos e a transparência do órgão público fornecida para os usuários de interesse.

REFERÊNCIAS (principais)

MARTINS, E. Contabilidade de custos. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2010

TJRN. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte. Disponível em: <https://www.tjrn.jus.br/>. Acesso em: 05 jul. 2023.